

Geopolítica e Interesses Nacionais

Cel Cav R1 Bento Paulos Cabral*

Relatoria da Mesa Redonda ocorrida no dia 18/09, das 19h às 21h40, tendo como presidente o Cel Art Valério Luiz Lange (CEEEx), como moderador o Prof. Dr. Alcides Costa Vaz (CEEEx/UnB) e como painelistas, Gen Div Fernando Jose Sant'ana Soares e Silva (EME), Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa (USP), e Major Selma Gonzales (ESG).

EMENTA ORIGINAL DA MESA REDONDA

Acontecimentos recentes, como a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, a emergência de novas potências regionais, a proliferação de ataques terroristas e a ampliação das migrações internacionais aparecem no cenário internacional como uma espécie de “vingança da Geopolítica”. Percebe-se uma tendência à valorização de elementos da Geopolítica clássica, que ressurgem, dando sinais de que as relações entre os Estados continuam pautadas por disputas de poder. Nesse cenário, o Brasil vem despontando como ator relevante por sua grandeza geográfica e riqueza natural. Entretanto, observam-se sérios desafios a sua projeção internacional. Além de questões estruturais e das vulnerabilidades materiais, o País enfrenta sérios desafios de ordem política e de natureza conjuntural, que dificultam o pensamento de longo prazo, geram dúvidas sobre seus interesses nacionais e conformam um país que, geopoliticamente, parece não ter consciência de seu território e do seu potencial. Considerando tal cenário, a presente mesa visa a discutir os interesses nacionais, considerando o retorno da Geopolítica nas relações internacionais.

Palavras-chave: Geopolítica; Interesses Nacionais; América do Sul, Brasil.

* Analista do CEEEx. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Bacharel em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Possui o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e o Curso de Altos Estudos Militares. Possui, ainda, o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra e o Curso de pós-graduação em Planejamento e Gestão Estratégica pelo instituto COPPEAD/UFRJ.

1. Exposições

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

O Prof. Wanderley focou sua apresentação na ideia de que a geopolítica sempre esteve presente nas Relações Internacionais, colocando em questão a posição que o Brasil pretende ocupar na nova Ordem Mundial, a qual ele define como tripolar, centrada nos EUA, na Rússia e na China, e em que se percebe uma desconcentração econômica e uma reconfiguração do cenário mundial. Nesse contexto, situou ainda o Brasil na categoria de países-baleia (aqueles que possuem as maiores extensões territoriais do mundo), ao lado de Rússia, Canadá, China, Estados Unidos da América, Austrália e Índia. Em relação a isso, lembrou que o fundamental para a geopolítica é a coesão interna do Estado-Nação e do território em particular.

Sob tal aspecto, em determinadas circunstâncias, a grande extensão territorial pode, ao contrário, carrear ao país severo desafio que deve ser enfrentado, destacando assim, a dupla face do poder do território e de seus recursos na evolução histórica dos Estados-Nações, enfatizando que, no mundo contemporâneo, o território mantém-se como valor universal para os povos em todas as circunstâncias geográficas e históricas. Essa natureza particular e eminentemente estratégica do território, o faz imprescindível para o progresso das nações na paz e a defesa da sua soberania na guerra. Sobre o Brasil, especificamente, colocou que seus principais desafios atuais são: superar a grave crise política e econômica; retomar a capacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas e de realizar investimentos em infraestrutura; retomar a industrialização nos três setores estratégicos: bens de produção, bens de capital e bens duráveis; avançar no

esforço de pesquisa & desenvolvimento e canalizá-lo para os segmentos de ponta da economia; e assegurar os investimentos no reaparelhamento das Forças Armadas aumentando seu poder de dissuasão.

Ressaltou, porém, que o país se mostra como uma potência média e que dispõe de grandes reservas territoriais e de recursos naturais estratégicos, com destaque para os minérios de todo tipo, redes hidrográficas, portos naturais e, mais recentemente, petróleo e gás natural, dispondo, também da maior extensão de terras agricultáveis e da disponibilidade de água doce em forma líquida (superficial e de aquíferos) do planeta e, além de ser o maior exportador mundial de minério de ferro, possui grande e diversificado parque industrial siderúrgico e metalúrgico com capacidade instalada para atuar em toda a cadeia produtiva desses segmentos, sendo que é nos setores econômicos mais diretamente relacionados à exploração dessa base de riqueza material que o país apresenta seus melhores níveis de desempenho.

Destacou que essa liderança internacional tem sido obtida justamente naqueles setores em que o país soube promover a exploração dessas riquezas, mediante enorme esforço concentrado em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento, como é o caso da tecnologia para exploração de petróleo em águas profundas, desenvolvida pela Petrobras, e das destacadas conquistas em biotecnologia tropical que alavancaram e hoje sustentam os elevados padrões de produtividade graças a décadas de esforços e bons resultados obtidos em extensa rede nacional de instituições de pesquisas liderada pela Embrapa.

Identificou como principal vulnerabilidade do Brasil a área da Defesa Nacional, decorrente da baixa capacidade operacional das forças armadas, que se deve,

sobretudo, à insuficiência de recursos e à obsolescência do equipamento militar, que comprometem a defesa da soberania do país como um todo, e, especialmente em regiões estratégicas, como as fronteiras terrestres, a Amazônia e o Atlântico Sul, conforme enfatizado na Estratégia Nacional de Defesa. Identificou ainda como vulnerabilidade do país o acelerado declínio da indústria nacional de bens de capital (máquinas e equipamentos), cuja persistente tendência de declínio industrial tem implicação político-estratégica pelo seu potencial de riscos para a defesa nacional, pois a indústria nacional competitiva é imprescindível para alcançar e manter a autonomia estratégica no vital setor de pesquisa e desenvolvimento e de produção do complexo industrial-militar.

Completou sua exposição comentando a situação regional na América do Sul, ressaltando a iniciativa de cooperação na área de defesa no âmbito do Conselho Sul-americano de Defesa (CDS) da UNASUL. Também comentou o caso do acordo de paz entre o governo e as FARC na Colômbia e a instabilidade política e econômica na Venezuela, situações que envolvem os interesses antagônicos de potências extrarregionais, como os EUA na Colômbia e a Rússia e a China na Venezuela.

Gen Div Fernando Jose Sant'ana Soares e Silva

Já o Gen Soares iniciou sua exposição relacionando a Geografia Política e a Geopolítica do Brasil com os interesses nacionais. Relembrou autores clássicos, como Mahan, Ratzel, Mackinder, Kjéllen, Haushofer, Mário Travassos, Spykman, Golbery e Meira Matos, suas teorias e contribuições para a Geopolítica. Apontou a aparente crise de poder do Estado-Nação, em

que este estaria perdendo força em decorrência da ideia de que a integração econômica iria suplantiar velhas diferenças entre países e superar antagonismos regionais e mundiais, depois da queda do mundo de Berlim e da Guerra Fria entre EUA e a ex-URSS. Destacou que essa imaginada superação de antagonismos não vem se mostrando factível, como pode ser verificado pela postura dos atuais líderes dos EUA, Donald Trump, e da Rússia, Vladimir Putin, que se mostram fortemente nacionalistas, além da recente saída do Reino Unido da União Europeia, em razão de seus nacionais não se sentirem representados no parlamento europeu por elementos que não foram votados por eles, o que pode apontar certo lapso de democracia nessas uniões regionais, o qual pode ser mais ou menos aceito, dependendo da cultura da população de cada país. Colocou que o Estado-Nação, que necessariamente deve estar baseado em um território, se mostra como essencial para regular a relação de igualdade de direitos entre os cidadãos, posto que, se ele não existisse, as pessoas estariam sujeitas unicamente aos interesses econômicos das grandes corporações multinacionais. Porém, há ocorrências internacionais que contestam a autoridade e poder do Estado-Nação, como, por exemplo, o terrorismo, que distorce as relações entre os Estados confrontando-os de forma assimétrica, como ocorreu no ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center nos EUA em 2001.

Também colocou como fator que desequilibra as relações interestatais o desenvolvimento exponencial das tecnologias da informação e das comunicações em conjunto com a capacidade e a velocidade de armazenar e processar informações, o que, além de fazer crescer de importância o terrorismo cibernético, também permite que eventos de ocorrência periférica possam ter

rapidamente uma grande repercussão mundial. Apontou ainda que, se esse avanço tecnológico permite a aproximação de culturas distantes, tornando a distância entre os países menos relevantes, por outro lado a disseminação, mesmo que ilícita, de tecnologias de destruição em massa, permite que países párias da comunidade internacional confrontem grandes potências, como vem fazendo recentemente a Coreia do Norte em relação aos EUA, China e Japão.

Sobre o Brasil, destacou sua posição geográfica afastada dos grandes centros do poder, o que, em sua visão, é bom para o país por mantê-lo a parte das disputas e possíveis confrontações entre as grandes potências. Citou a Amazônia como um patrimônio comum que o Brasil compartilha com seus vizinhos e destacou o risco que ela corre, não pela falta de preservação local, mas principalmente pela queima acentuada de combustíveis fósseis por países como os EUA e China, que pelo efeito do aquecimento global produzido ameaça a existência da floresta equatorial amazônica.

Sobre a América do Sul, apontou que a preservação das florestas originais é cerca de 66%, enquanto que na Europa é apenas 0,3%, segundo pesquisador da Embrapa, o que mostra a falta de coerência entre o discurso e a ação no que se refere às questões ambientais pelos países do hemisfério norte. Ressaltou que o espaço sul-americano é dividido pelos Andes em duas porções: a Atlântica e a do Pacífico. Destacou os excelentes índices em relação à média mundial no que se refere à população existente (cerca de 6%), terras agricultáveis (cerca de 25%) e água doce (cerca de 25%), o que configuram um patrimônio inestimável, que, com o crescimento da população mundial, coloca a América do Sul em condições de alimentar o mundo. Destacou que, segundo Samuel Huntington, a América

Latina é o único continente em que há uma base cultural comum (civilização latina). Além disso, destacou que o Brasil tem capacidade de oferecer agricultura, energia limpa e biodiversidade.

Se por um lado essas vantagens se mostram benéficas, por outro trazem grandes ameaças ao Brasil. Comentou também o pouco interesse dos brasileiros pelo que acontece no restante do mundo, exemplificando manchetes de um dos principais jornais do país na época da queda do muro de Berlim. Afirmou que o Brasil necessita cuidar de seu desenvolvimento e soberania. Desenvolvimento para o bem-estar dos brasileiros e Soberania para ter autonomia decisória e cooperar para a estabilidade regional. Para isso, enfatizou a necessidade de o Brasil ser forte na área de defesa. Concluiu citando as palavras do Comandante do Exército, o General Villas Bôas: *“O Brasil é uma nação sem consciência da sua própria grandeza e das riquezas presentes em seu território”*.

Maj QCO Selma Gonzales

A Maj Selma iniciou sua apresentação esclarecendo o que chamou de “pré-conceitos” sobre geopolítica e considerando que a essência da geopolítica se verifica a partir do momento em que o ser humano delimita um espaço de vivência e se apropria desse espaço e dos recursos nele contidos, o que, naturalmente, gera relações de poder e bens a defender (território apropriado), surgindo daí a necessidade das fronteiras e, concomitantemente, de mecanismos de defesa (poderes). Disse estar falando de uma geopolítica contemporânea que carrega novos elementos e novos poderes, além dos clássicos, como território estatal, conformação, localização, tamanho, posição, recursos naturais etc. É uma geopolítica

contemporânea que necessita considerar os macro vetores civilizatórios em curso no Século XXI, que são, conforme os Prof. Viola e Franchini (2012): a mundialização da produção e do consumo e sua resultante, a interdependência complexa; a dinâmica populacional; o desenvolvimento tecnológico e a robotização do trabalho; o uso crescente dos recursos naturais, e a consequente contaminação e destruição do meio ambiente; as mudanças climáticas; e o aumento drástico da velocidade dos processos sociais.

Sobre o poder, comentou a respeito do aparente paradoxo contemporâneo, segundo o qual, ao mesmo tempo em que a humanidade acompanhou o surgimento de novos poderes como o espacial e o cibernético, por exemplo, a distância entre dominar determinado mecanismo e ter a liberdade de usá-lo ficou ainda maior, pois a existência de constrangimentos no sistema internacional, os acordos e regras e a pressão popular restringem a possibilidade de uso do poder, como aponta Moisés Naim, em seu livro “O fim do poder”, no qual discute um pouco esse paradoxo. Com isso, afirma que existem tantas “perspectivas geopolíticas” quanto países e, na contemporaneidade, quanto atores, no mundo, colocando então o questionamento sobre que geopolítica queremos para o Brasil. Para responder a esse questionamento, foi buscar do Emb. Lauro Escorel de Moraes (1986) a ideia de que para a formulação de uma política verdadeiramente nacional, que reflita as necessidades e interesses dos diferentes estratos da sociedade civil, “o fundamento há de ser a consciência do que corresponde aos interesses nacionais permanentes da nação: a sobrevivência nacional, a integridade territorial, a independência, a autodeterminação e a segurança nacionais, o bem-estar da população, a defesa da identidade cultural, a preservação dos valores nacionais, etc. [...]”

nesse campo, possam surgir eventualmente discrepâncias e divergências fundamentais”.

Ainda sobre a geopolítica que se quer para o Brasil, citou a Prof. Therezinha de Castro (1986, p. 33-34) no sentido de que “*no âmbito das Relações Internacionais, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, figuramos entre as nações mais populosas do Globo. Nação das mais populosas, onde a homogeneidade racial se vem impondo desde os primórdios coloniais, com três condições fundamentais para ser Grande Potência: espaço, posição e matérias-primas; somos, portanto, dentro do conceito geopolítico global, uma Nação satisfeita*”.

Questionou o porquê de o Brasil ainda não ser uma potência, mesmo atendendo a esses pressupostos. Respondeu que isso ainda não ocorre em razão do que ela chama de “nós” geopolíticos que ainda estão por serem desatados. Esses “nós” envolvem: a falta de inclusão social; a falta de uma educação com formação qualitativa e integral; o processo de desindustrialização que vive o país, com a redução do valor agregado na pauta de exportação, a dependência na aquisição de produtos tecnológicos e a perda de competitividade na nova Divisão Internacional do Trabalho; e a falta de Infraestrutura, envolvendo mobilidade urbana e rural, integração regional e suporte ao desenvolvimento.

Prosseguiu, apontando que, para uma geopolítica brasileira no Século XXI, é necessário, primeiramente, estabelecer a direção a seguir e a posterior decisão sobre ações efetivas e compromissos. Ressaltou que, para se pensar em alternativas, projetos e soluções para o Brasil caminhar na direção escolhida, deve partir de um diagnóstico da realidade social, política, econômica, cultural, das potencialidades e fragilidades, afirmando

que, para se construir uma grande estratégia, é fundamental o resgate da convergência social e política, focando no que nos aproxima e não no que nos afasta, construindo consensos, estancando a desagregação social e buscando o bem comum.

Concluiu citando como exemplo do livro *Brasil 2035: Cenários para o desenvolvimento* (Ipea; Assecor, 2017) como uma iniciativa de construção de um projeto nacional de desenvolvimento para guiar escolhas e prioridades da esfera pública e buscar a convergência de esforços com a iniciativa privada.

2. Apontamentos sobre os debates

Terminadas as exposições, o moderador, Prof. Alcides Vaz, fez uma síntese do que havia sido dito pelos painelistas, lembrando que o tema central da mesa convocava à reflexão sobre a prevalência da geopolítica sobre os temas da agenda global, inclusive a própria agenda do desenvolvimento, colocando que a literatura atual da área de Relações Internacionais tem apontado essa tendência.

Com isso convocou os integrantes da mesa a se manifestarem diante dos aparentes paradoxos que envolvem o ressurgimento da geopolítica nos contextos de pronunciada redução dos conflitos armados, da pronunciada interdependência entre países em diferentes planos e num momento em que os fluxos, não só os econômicos, se globalizam, mas também há a virtualização dos espaços e das inteirações em que as regiões são reconfiguradas em suas conformações e em seus significados num marco de economia globalizada.

Propôs, também, uma reflexão sobre as perspectivas para o Brasil frente a esse fenômeno, em que se observa uma forte tendência em se associar os desafios ao

desenvolvimento do país, destacando os “nós” apresentados pela Maj. Selma. Pediu também reflexões sobre as implicações dessa geopolítica contemporânea para o campo da Defesa e, citando esse campo, comentou a colocação do Gen Soares sobre a crise do Estado-Nação e a necessidade de autonomia decisória para o atendimento aos interesses nacionais, questionando a relação que deve haver entre autonomia decisória e autonomia estratégica e as implicações dessa relação para o campo da Defesa.

Também apresentou os questionamentos da plateia:

1. Para o Gen Soares, envolvendo os desafios enfrentados pelo Exército Brasileiro para planejamento estratégico, pesquisa, desenvolvimento e implementação de projetos estratégicos;
2. Para o Prof. Wanderley, envolvendo o interesse de Estados Unidos e Rússia na Venezuela e como isso pode afetar o Brasil;
3. Para a Maj Selma, dois questionamentos: um sobre os perigos que o Brasil enfrentará no nível internacional ao se tornar uma potência mundial e se ele está preparado para confrontar outras potências em busca de seus interesses; o segundo, sobre se considerar ou não o atual modelo político brasileiro, decorrente de disputas entre o executivo e o legislativo e de coalisões partidárias de interesses escusos, como mais um nó a ser desatado para a melhora do processo decisório, bem como para o estabelecimento de políticas públicas para o entorno estratégico do Brasil.

Prof. Wanderley Messias da Costa

O Professor procurou responder aos questionamentos, comentando que o movimento global de revalorização da Geopolítica ocorre no mesmo período histórico em que o processo de globalização econômica mais se acentua. Isso, porque, em sua visão, o processo de globalização, principalmente a econômica, foi precedido pela revolução das tecnologias da comunicação e informática nos anos 1970, lembrando o conceito de aldeia global criado pelo filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan nos anos 1960, segundo o qual as novas tecnologias eletrônicas tendiam a encurtar distâncias e o progresso tecnológico tende a reduzir todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia: um mundo em que todos estariam interligados de certa forma.

Porém, estudos têm mostrado que a globalização tem incomodado, pois, se por um lado tem contribuído para a porosidade, a permeabilidade e a indiferenciação de fronteiras e territórios nacionais, por outro lado, esses mesmos fatores, aliados à suposta cultura de massa global, têm incomodado as diferenças nacionais e os indivíduos, ao mesmo tempo em que cresce o desejo de centenas de povos de se emanciparem politicamente, criando Estados-Nacionais como, por exemplo, ocorreu na África na segunda metade do século passado, concluindo que há que se ver o mundo do ponto de vista da geografia política e aproveitar sim os benefícios da globalização, mas respeitando as identidades nacionais. Sobre a Venezuela, lembrou que ela é um país bifronte, ou anfíbio, com saída para o mar do Caribe que é zona de influência dos EUA. Afirmou que, sem o apoio econômico e militar de Rússia e China, a Venezuela já teria sucumbido economicamente, mas que com isso se criaria uma tensão, que pode se tornar um pivô de conflito, entre as três potências

externas à América do Sul num país vizinho do Brasil.

Gen Fernando Jose Sant'ana Soares e Silva

Prosseguindo, o Gen Soares iniciou afirmando que, apesar da importância do Estado-Nação no contexto da comunidade internacional, este ente vem perdendo poder, pois, por exemplo, vem deixando de ser protagonista do direito internacional, quando, por questões do comércio internacional, por exemplo, empresas de um estado processam empresas de outro no território de um terceiro Estado.

Apontou que se vive um momento em que o direito, saindo do espaço do Estado e indo para instância internacional, se submete ao poder do mais forte, o qual se utiliza disso para legalizar suas ações. Como exemplo, citou o caso do Tribunal Penal Internacional que, em sua visão, só consegue levar a julgamento ditadores de países menos expressivos, lembrando que o Presidente dos EUA, George W. Bush, levou os EUA a uma guerra contra o Iraque sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, da comunidade internacional, não foi e nem será julgado por esse ato que causou milhares de mortes, inclusive de americanos. Em sua visão, essas posturas internacionais tendem a diminuir o poder do Estado.

Sobre as autonomias decisória e estratégica, disse que elas estão intimamente ligadas e que, para haver a estratégica, e preciso primeiro haver a decisória e esta requer Poder Militar, o qual, de modo geral, serve para coagir, dissuadir ou cooperar, esclarecendo que, no caso do Brasil, o Poder Militar destina-se somente à dissuasão e à cooperação, mas mesmo assim é preciso haver Forças Armadas com capacidades adequadas.

Comentou que no mundo atual verifica-se a tendência de os conflitos armados serem rápidos e que isso impõe a existência de pessoas capacitadas, equipamentos e, principalmente, munição. Destacou que a munição é um dos itens mais críticos, pois ela acaba rapidamente e todos sabem a quantidade que os demais possuem. Disse que, no caso do Brasil, o Exército é relativamente pequeno em face do imenso território a defender. Disse que o desdobramento do Exército no Território é feito com base em condicionantes econômicas e históricas, além da necessidade de manutenção da presença em determinados locais estratégicos. Citou, como exemplo, que para se construir as instalações permanentes de um batalhão na região Amazônia o custo é de aproximadamente cem milhões de reais, quantia que parece pequena no contexto nacional, mas a qual o Exército não dispõe sem desfavorecer outras áreas importantes. Então, essa situação impõe a decisão estratégica de se investir na capacidade do deslocamento rápido de um batalhão sediado no Rio de Janeiro, por exemplo, para a Amazônia quando necessário.

Por outro lado, para mantê-lo operando naquela região, serão necessários equipamentos e suprimentos, muitos com tecnologia avançada, a qual nos é negada por potências que não querem que o Brasil desenvolva essa capacidade. Para exemplificar, citou o caso da nanotecnologia que pode ser empregada no fardamento de combate para evitar sua detecção por sensores de diversas naturezas. Com isso concluiu, mostrando que a autonomia estratégica de desenvolver tecnologia e fabricar equipamentos que são negados é importante para que se possa ter autonomia decisória. Em relação aos projetos estratégicos, informou que o Exército possui vários e que está enfrentando problemas em todos por restrições orçamentárias, lembrando que o

contingenciamento de 45% no orçamento do corrente ano reflete diretamente nos investimentos necessários, fazendo com que o desenvolvimento de um projeto originalmente planejado para dez anos tenha que ser reajustado para vinte ou trinta anos, acarretando o risco de que, quando terminado, aquilo que foi desenvolvido nas primeiras fases já esteja obsoleto. Finalizou asseverando que isso é um problema sério e que o Exército está tentando minimizá-lo, por meio de técnicas modernas de gerenciamento e gestão de portfólios tentando mitigar esse problema que afeta a capacidade operacional das Forças Armadas.

Major QCO Selma Gonzales

Encerrando os debates, a Maj Selma começou por comentar que a questão do aparente paradoxo na relação de poder entre atuais macro-vetores (globalização, conectividade, empoderamento do humano etc.) e a Geopolítica na verdade não existe, porque voltando-se à essência do conceito de que geopolítica é relação permanente de poder e território, independentemente dos macro-vetores que o mundo viva, num momento, as relações de poder vão existir sempre, pois a existência do homem ligada a um território remete a relações de poder e estas remetem à Geopolítica. Ainda sobre os macro-vetores, mencionou que as instabilidades decorrentes deles têm promovido mudanças em diretrizes políticas de diversos países e mesmo regiões do globo terrestre, evidenciando um macro-processo de adaptação a mudanças muito fortes no mundo atual.

Como exemplo de fatos que têm levado a mudanças de políticas no sistema internacional, citou a robotização do trabalho decorrente do avanço tecnológico que tem levado gradativamente à substituição da mão de obra humana, assim como o uso crescente dos recursos naturais que poderá levar a exaustão desses recursos e também as

mudanças climáticas que promovem. Tudo isso leva ao aparente paradoxo contemporâneo do poder, no qual ao mesmo tempo em que o poder estatal parece crescer absurdamente, a liberdade de ação para utilizá-lo diminui sensivelmente, em razão do empoderamento do indivíduo. Com isso, temas como direitos humanos, por exemplo, têm peso muito mais forte na agenda internacional e os direitos do indivíduo parecem se sobrepor aos da coletividade, assim como o atendimento de questões humanas tem mais apelo do que questões da geopolítica clássica, como território e recursos naturais. Fazendo referência a relatório de uma das Conferências de Segurança de Munique, que expressa que o mundo passa por um momento de fragilidade com o deslocamento de Poder político e econômico do Ocidente para o Oriente (a Ásia) que ocorre atualmente, afirmou não existir divergências e sim convergências entre a concepção clássica e a atual da Geopolítica, em razão de elas serem complementares.

Sobre o Poder, ponderou que ele tem evoluído ao longo da história da humanidade, como é bem perceptível em sua expressão militar, que na pré-história era essencialmente terrestre e hoje, além das vertentes naval e aeroespacial, incorpora também o espectro cibernético. Asseverou que esse exemplo mostra a geopolítica atual abrange tanto os elementos clássicos como aqueles novos que vieram sendo incorporados à análise geopolítica que, na essência, ainda é voltada para a relação de poder e território, a qual não pode deixar de remeter o pensamento para a capacidade de Defesa ou dissuasão.

Sobre a questão de que perigos o Brasil poderá enfrentar em se tornando potência, esclareceu que não se referira à situação de o Brasil se tornar *hegemon* nem império e sim em o país se tornar mais forte e

ter suas questões sócio-econômicas resolvidas para se inserir melhor no sistema internacional. Sobre a questão do nó político colocada por um debatedor, considerou que o sistema de freios e contrapesos (ou em inglês *checks and balances*) entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é a essência da democracia e que para o Brasil desatar esse nó, no curto prazo, é necessária uma reforma política e, no médio prazo, uma educação qualitativa e integral, pois para mudar as estruturas de pensamento de uma sociedade é necessário ir na essência do problema. Ainda sobre a extensa lista de nós a serem desatados esclareceu que não é o caso de se estabelecer prioridades, pois os problemas que esses nós encerram, em sua visão, não devem ser atacados sequencialmente, mas sim de modo abrangente, pois todos estão interligados.

Referências

CASTRO, Therezinha de. **Retrato do Brasil: Atlas-texto de Geopolítica**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB. Geopolítica e Interesses Nacionais. **YouTube**, 18 Set 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GZ4XEFCOJ_Q>. Acesso em: 30 out. 2017.

IPEA; ASSECOR. **Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3. set.-dez. 2012